

PREGÃO N.º 46/2020

DECISÃO DO PREGOEIRO.

PROCESSO SEI N° - Sistema Eletrônico de Informações -0050733-18.2019.6.05.8000

UNIDADE DEMANDANTE: SGS-COMAMP-SEMAC

ASSUNTO: Análise da IMPUGNAÇÃO ao Edital interposta pela empresa **ULEMÁ PEREIRA CAMPOS – MODELAR PERSIANAS** – ME, CNPJ N°42.044.818/0001-56, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual aquisição e instalação de películas, persianas e vidros, bem como a retirada e descarte das películas e dos vidros danificados.

RELATÓRIO

O Edital do Pregão n.º46/2020, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual aquisição e instalação de películas, persianas e vidros, bem como a retirada e descarte das películas e dos vidros danificados, foi devidamente publicado, em 31 de julho de 2020, nos *sites* do TRE na Internet, no Comprasnet, no Jornal de Circulação Nacional e no Diário Oficial da União.

Em 13 de agosto de 2020, a empresa **ULEMÁ PEREIRA CAMPOS – MODELAR PERSIANAS** – ME, CNPJ N°42.044.818/0001-56, apresentou Impugnação ao Edital do Pregão n.º 46/2020, doc. SEI N°1205253, insurgindo-se contra requisito especificado no Termo de Referência do Anexo A, itens n° 9 e 13 - A.1.- ESPECIFICAÇÕES - do instrumento convocatório.

I – DAS PRELIMINARES

Impugnação aos termos do Edital interposta pela empresa **ULEMÁ PEREIRA CAMPOS – MODELAR PERSIANAS** – ME, CNPJ N°42.044.818/0001-56, em 13 de agosto de 2020, **por** meio do seu representante legal, através dos meios regularmente previstos, devidamente qualificada na peça inicial, em face das exigências constantes no Edital do processo em epígrafe, com fundamento da Lei n° 10.520/2002 e do Decreto 10.024/2019, subsidiado pela Lei n°. 8.666/93 e suas alterações posteriores

Conforme a legislação pertinente e na forma dos itens 20.1, 20.3 e 20.4 e 20.5 do Edital, consideramos a impugnação **INTEMPESTIVA**, visto que extrapolou o prazo previsto na condição 20.3. do edital, aqui transcrito *in verbis*: “**Até 03 (três) dias úteis** antes da data estabelecida para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão”, no entanto, em homenagem ao princípio da autotutela da administração pública, e por ser legal, examinei o mérito, o que importa em conhecê-la e, nos termos da condição 20.5. do edital, manifestar-se acerca da impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data em que recebê-la, encaminhando-a, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão, bem como publicá-la no site do Comprasnet.

II – DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em apertada síntese, a empresa **IMPUGNANTE** em tela apresenta contestação alegando o que se segue:

“Ocorre que da análise de referido edital de licitação e seus anexos, itens nº 9 e 13(R\$44,77m2) é possível verificar que os preços estimados para o fornecimento do material, são totalmente inexequíveis, que justificam a presente impugnação, conforme será demonstrado em tabela de preço do fornecedor”(vide referida tabela e o teor, na íntegra, deste pedido de impugnação no doc. SEI nº 1205253.

Nesse sentido, continua o impugnante em sua argumentação:

“No valor demonstrado em tabela(Tradicional (024) R\$:72,81 m2, ainda não estão inclusos os gastos com transporte, salários e demais custos advindos de um possível fornecimento”

Por fim, cita ainda que “A estimativa de preços apresentada pela Administração Pública deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir e permitir que o contratado aufera lucro” E continua em sua argumentação:“Tal estimativa de preços é impraticável no mercado, pois sequer cobre os custos para o fornecimento do produto”. No entanto, o valor estimado para a prestação do serviço ora licitado apresenta indícios de inexequibilidade, pois não é suficiente sequer para cobrir os custos tais como, o salário, os encargos incidentes sobre os salários, os insumos, taxa administrativa/lucro e tributos sendo assim extrapolam o valor estimado, sendo assim, inexequível contratar por tal valor.

Assim, arremata, em conclusão, o impugnante em comento: “Portanto, a ilegalidade da estimada de remuneração constitui-se em vício insanável de origem, ficando, o edital nulo de pleno direito, e seus frutos sem efeito, tornando-o não adjudicável ainda que seja mantido o certame nas atuais condições. O valor não representa a realidade do mercado e corresponde a um valor abaixo do praticado pelas empresas que atuam nesse setor”

Ao final, requer:

1 – Diante do exposto, solicitamos que seja acolhida a presente impugnação ao edital, seja revisto o valor estimado, e sua consequente republicação do certame.

É o relatório.

III-DO DIREITO

No que concerne ao pedido de Impugnação ao Edital formulado pela empresa em tela, entendemos que, smj, que por se tratar de matéria referente a Orçamento Estimativo – valor máximo admitido para contratação, enviamos o pedido de impugnação ao edital para manifestação preliminar da SEAQUI, unidade responsável pela realização de cotações de preços neste Tribunal.

III – DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO

Cumprido dizer, desde logo, que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório estão em perfeita harmonia e consonância com o que manda a lei, tendo sido observada a submissão aos princípios da Legalidade, da Razoabilidade, Celeridade e Eficiência.

Partindo do entendimento de que a Administração deve atuar primando não somente pela Legalidade, como também pela celeridade em todos os seus cometimentos, neles incluídos os processos licitatórios.

Analisando as alegações da empresa **ULEMÁ PEREIRA CAMPOS – MODELAR PERSIANAS – ME**, e após a manifestação da SEAQUI, unidade responsável pela realização da cotação de preços dos produtos objeto do presente edital, passamos ao mérito do julgamento.

Quanto à Impugnação apresentada pela empresa em comento, JULGO IMPROCEDENTES as alegações apresentadas pelas razões que se seguem.

Com fulcro no teor da manifestação do chefe da unidade SEAQUI(Seção de Análise e Aquisição), doc SEI nº 1206035, aqui transcrita *ad litteram*:

“Prezado Pregoeiro, O preço para os itens 9 e 13 foi estimado a partir dos valores praticados no Pregão 02/2019, cujas propostas datam de 29/01/2019. Foram coletados os três melhores lances, os quais foram atualizados pelo IPCA acumulado desde então. Na ocasião o item foi adjudicado por R\$ 36,99 o metro quadrado. Estas informações podem ser verificadas nos documentos 0046897 e 0749444 do processo 0050733- 18.2019.6.05.8000.”

Atenciosamente, Marconni Rodrigues TRE-BA / Seção de Análise e Aquisições

IV – DA DECISÃO

Por força dos princípios basilares da legalidade e eficiência, não pode esta Autarquia deixar de agir em conformidade com as normas aplicáveis ao objeto desta licitação.

Diante do quanto acima exposto, e com fulcro exclusivamente na Cotação e manifestação da Seaqui, que apresentou o modo como procedeu à cotação, e como não identificamos nada que a maculasse, INDEFIRO a Impugnação, julgando improcedentes as alegações da empresa impugnante.

Salvador (BA), 14 de agosto de 2020.

Lúcio Roberto de Oliveira
Pregoeiro do TRE-BA

À ASSESD, para ciência e deliberação.

Salvador (BA), 14 de agosto de 2020.